

**Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 12/04/2018**

1 No décimo segundo dia do mês de abril de dois mil e dezoito, às 8h30, na Sala de Gestão, 7º andar,  
2 Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, nesta Capital, foi realizada a Reunião  
3 Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná –  
4 CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia: **Titulares Governamentais:** **Fátima**  
5 **Ikiko Yokohama** (SEJU), **Lucimar Godoy** (SESA), **Célia Baptista** (Casa Civil), **Tamara Zázera Rezende**  
6 **(SEDS)**, **Marcia Leonora Dudeque** (SEED), **Paulo Henrique Mariano** (SETI) e **Benedito Izidoro Diniz**  
7 **(SEEC)**. **Suplentes Governamentais:** **Regina Bley** (SEJU) e **Jaqueline Borges Monteiro** (Casa Civil).  
8 **Titulares da Sociedade Civil:** **Andressa Gongora Barboza** (ARAS/Cáritas Maringá), **Cesar Rosário**  
9 **Fernandes** (Conselho Regional de Psicologia de Paraná – CRP/PR), **Maria de Lourdes Bernartt**  
10 **(Movimento dos Haitianos de Pato Branco – MHAPA)** e **Elizete Sant’Anna de Oliveira** (Serviço Pastoral  
11 dos Migrantes – SPM). **Suplentes da Sociedade Civil:** **Márcia Terezinha Ponce** (Cáritas  
12 Arquidiocesana de Londrina) e **Edésia de Souza Sato** (Partoral Migratória da Arquidiocese de Curitiba).  
13 **Colaboradores(as)/Convidados(as):** **Láís Silva Santos** (SEJU), **Gustavo M. Kelling** (CAOPJDH-  
14 **MPPR)**, **Maria Tereza Rosa** (CEIM/SEJU), **Felipe Fortunato** (CEIM/SEJU), **Bruno Nora** (Instituto  
15 **Chama)**, **Francisco Pinto** (Instituto Chama), **Pedro Brasiliense** (Instituto Chama), **Catrin Cramer** (Coop  
16 **Mediadores)**, **Eduardo Lopes** (MPT), **Fábio Tesseroli da Costa** (MPT), **Inrri Moscheto** (Voluntário do  
17 **Planeta)**, **Diogo Lacerda** (Comissão MERCOSUL da ALEP), **Carlos Garcez** (Comissão MERCOSUL da  
18 **ALEP)**, **Alexandre L.** (Assessor Parlamentar), **Cristiane Sbalquiere** (MPT), **Mario Macedo** (Assessor do  
19 **Deputado Hussein Bakri – ALEP)**, **João Guilherme de Mello** (Assessor do Deputado Evandro Araújo –  
20 **ALEP)**, **Maria de Lourdes Corres Perez San Roman** (SEDS), **Daniella Alves Brandão** (Cáritas  
21 **Paraná)**, **Amanda Antunes de Almeida** (Cáritas Paraná), **Maria Victoria Borghetti Barros** (Deputada  
22 **Estadual – ALEP)** e **Natasha José de Lima Gotopo** (Venezuela). **Ausências justificadas:** **Marcela**  
23 **Nadini Benatto** (SEDS), por conta de estar em período de licença-maternidade e **Ibson Augusto**  
24 **Rhoden** (SEET), por não fazer mais parte do quadro de servidores do estado do Paraná. No período da  
25 manhã, das 9h00 às 12h00, aconteceu a reunião plenária, voltando às 13h30 e sendo encerrada às  
26 16h30. **1. Abertura:** Cumprimentando a todos os presentes, o Secretário-Executivo Cesar abriu esta  
27 reunião. O Conselheiro Cesar cumprimentou e deu as boas vindas à Presidente Célia Baptista. A  
28 Presidente Célia Baptista parabenizou a atuação do CERMA/PR e declarou que visa envolver-se cada  
29 vez mais o Conselho. A Presidente Célia solicitou que todos os integrantes fizessem uma breve  
30 apresentação, o que foi feito. **2. Aprovação da pauta:** Consultado a todos os conselheiros e não  
31 havendo nenhuma alteração, a pauta foi aprovada. **3. Aprovação da ata:** Consultado a todos os  
32 conselheiros e não havendo nenhuma alteração, a ata foi aprovada. **4. Apresentação do trabalho das**  
33 **Comissões para aprovação:** **4.1 Comissão de Gestão da Informação:** A apresentação foi feita pela  
34 Conselheira Tamara. Foi informado que serão enviados os dados de estrangeiros cadastrados no  
35

4  
5  
6  
7  
36 Cadastro Único (CadÚnico), tal como os dados sobre os atendimentos das entidades no ano de 2017.  
37 Sobre as fichas apresentadas na última reunião, esta Comissão informa que as fichas foram alteradas de  
38 acordo com as sugestões dadas na plenária e que serão enviadas às entidades como versão-teste para  
39 posterior aprimoramento. A Conselheira Tamara apresentou os dados das pessoas migrantes, refugiadas,  
40 solicitantes de refúgio ou apátridas cadastradas no CadÚnico, informando que organizará um relatório  
41 mais completo com esses dados e mais outros dados para apresentar em outra ocasião, tal como  
42 disponibilizar aos(às) Conselheiros(as). Vários presentes pediram esclarecimentos de pontos à  
43 Conselheira Tamara, os quais foram devidamente respondidos. Os presentes discutiram sobre colocar ou  
44 não os campos “identidade de gênero” e “orientação sexual” nas fichas de atendimento das instituições  
45 da sociedade civil organizada. Esta comissão deliberou pela realização de uma reunião extraordinária  
46 para discutir acerca dos últimos ajustes para as fichas, além de decisão sobre a identificação de  
47 categorias de gênero, havendo auxílio de Maria Tereza, do CEIM, o Conselheiro Cesar e convite para  
48 Ana Raggio, coordenadora da divisão de políticas para LGBT/SEJU. **4.2 Comissão de Comunicação e**  
49 **Eventos:** O relato desta Comissão foi feito pela Conselheira Andressa. Esta Comissão solicita que todas  
50 as Secretarias de Estado sejam oficiadas, a fim de divulgarem a realização da I Conferência Temática  
51 dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. Esta Comissão solicita que sejam formalmente  
52 convidadas para participação na I Conferência os seguintes órgãos governamentais: SEJU  
53 (Departamento de Estado do Trabalho – DET), SEDS, SEED, SETI, SEEC, SESP, SESA, Polícia Federal  
54 e Secretaria de Estado de Comunicação Social. Solicitou ainda que sejam enviados convites para todas  
55 as entidades da sociedade civil organizada que trabalham com migrantes, refugiados ou apátridas no  
56 estado do Paraná. Sobre a Semana do Migrante, do dia 18 ao dia 22 de junho do presente ano, esta  
57 Comissão sugeriu que o CERMA, através da SEJU, expeça ofícios às prefeituras dos municípios  
58 paranaenses, especialmente aos municípios com mais migrantes segundo a apresentação da  
59 Conselheira Tamara, a fim de sensibilizá-los sobre a questão dos migrantes, refugiados e apátridas. O  
60 Conselheiro Cesar solicitou que esta Comissão traga um projeto simples para uma campanha sobre a  
61 Semana do Migrante, para então se decidir sobre isso na próxima reunião. Esta solicitação foi acatada  
62 pelo plenário. **4.3 Comissão de Direitos e Garantias:** O relato desta Comissão foi feito pela Conselheira  
63 Lucimar. Esta Comissão propôs que: 1º proposta: Representação descentralizada de representantes  
64 deste Conselhos na Associação dos Municípios; 2º proposta: Alinhamento do conteúdo para ser  
65 apresentado à Associação de Municípios; 3º proposta: propõe ainda que a legislação do Conselho seja  
66 adequada com descritivo melhor explicitado. A Presidente Célia solicitou que se foque melhor nesse  
67 assunto depois da I Conferência, já que neste momento o CERMA/PR deve se concentrar na realização  
68 deste evento. A Conselheira Andressa trouxe ao conhecimento deste Conselho dois atendimentos  
69 realizados pela Cáritas no ano passado. O primeiro trata de um atendimento realizado pela assistência  
70 social, que, via telefone, solicitou à Cáritas que abrigasse o atendido, uma pessoa em situação de rua,

71 em algum local de sua disposição, já que a assistência social não dispunha de nenhum local. Com a  
72 declaração da Cáritas de que não havia nenhum abrigo disponível, a assistência social pediu que a  
73 Cáritas pagasse uma pensão para o atendido. O segundo caso trata de um atendimento da Cáritas,  
74 também sobre uma pessoa em situação de rua, que foi levado à assistência social, a qual alegou não ter  
75 nenhum abrigo disponível e solicitou que a Cáritas entrasse em contato com o albergue pertencente à  
76 Arquidiocese de Maringá, declarando não ter autonomia para decidir se a vaga seria disponibilizada ou  
77 não, delegando esta função à Arquidiocese da região. A Presidente Célia declarou que deve-se sempre  
78 contatar a ouvidoria do órgão para que sejam tomadas as devidas providências. A Conselheira Tamara  
79 declarou que, neste caso, o órgão responsável seria a Prefeitura Municipal de Maringá, pontuando ainda  
80 que vai levar este exemplo às discussões da SEDS. O Conselheiro Cesar agradeceu à Conselheira  
81 Andressa por trazer a denúncia e solicitou que sejam oficiados a SEDS, o Conselho de Assistência Social  
82 de Maringá, o Conselho Estadual de Assistência Social e a Prefeitura de Maringá. O Conselheiro sugeriu  
83 que a presente Comissão minute os ofícios, envie ao secretário-geral e que, após, a SEJU os expeça, tal  
84 como solicitou que o Ministério Público Estadual tome conhecimento do caso. **4.4 Comissão de**  
85 **Monitoramento de Políticas Públicas:** O relato desta Comissão foi feito pelo Conselheiro Cesar. Esta  
86 Comissão informou que construiu um calendário de demandas a serem feitas até o final do presente ano:  
87 em maio, será apresentada a síntese do monitoramento do Plano feito pelo Ministério Público e por esta  
88 Comissão; em junho, esta Comissão acompanhará as discussões referentes aos eixos na I Conferência;  
89 em julho e agosto, a Comissão remeterá às Secretarias de Estado a síntese do novo Plano formado na I  
90 Conferência; em setembro, esta Comissão receberá das Secretarias de Estado o retorno da avaliação do  
91 novo Plano; em outubro, esta Comissão apresentará o relatório da I Conferência aos(às) novos(as)  
92 Conselheiros(as), no dia da posse e; por fim, em novembro, publicação e divulgação do novo Plano. **5.**  
93 **Informes: Secretaria Executiva – Mesa Diretora – Conselheiros:** Ponto não contemplado. **6.**  
94 **Conferência Temática:** A Conselheira Fátima informou que participarão da I Conferência os migrantes,  
95 refugiados e/ou apátridas representantes dos municípios com maior quantidade de pessoas cadastradas  
96 no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que são: Curitiba, Cascavel, Foz do  
97 Iguaçu, Maringá, Toledo, Londrina, Dois Vizinhos, São José dos Pinhais, Pinhais e Pato Branco. Serão  
98 110 vagas, sendo 40% (44) para representantes governamentais e 60% (66) para representantes da  
99 sociedade civil organizada, sendo 45 do interior do Paraná e 21 de Curitiba e Região Metropolitana. Das  
100 vagas, para o interior: 8 para Foz do Iguaçu, 8 para Toledo, 8 Para Cascavel, 6 para Londrina, 5 para  
101 Dois Vizinhos, 5 para Toledo e 5 para Maringá; para a capital e Região Metropolitana: 11 vagas para  
102 Curitiba, 2 para Almirante Tamandaré, 2 para São José dos Pinhais, 1 para Colombo, 1 para Araucária, 1  
103 para Pinhais, 1 para Fazenda Rio Grande, 1 para Piraquara e 1 para Campo Largo. Há ainda 6 vagas  
104 para observadores, sendo 4 para Curitiba e 2 para o interior. Todos os participantes do interior terão  
105 direito a hospedagem, alimentação e transporte. Os participantes de Curitiba e Região Metropolitana



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU  
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC  
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

13  
14  
15

106 terão direito ao almoço. Os 44 representantes do Poder Público terão direito ao almoço somente e estão  
107 divididos da seguinte forma: 14 vagas para Curitiba e 2 vagas para cada um dos seguintes municípios:  
108 Foz do Iguaçu, Toledo, Cascavel, Dois Vizinhos, Pato Branco, Londrina, Maringá, Campo Largo,  
109 Piraquara, Araucária, Colombo, Pinhais, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e Almirante  
110 Tamandaré, totalizando 30 vagas. Haverá ainda 4 observadores do Poder Público: 2 de Curitiba e Região  
111 Metropolitana, 1 de Londrina e Maringá e 1 de Foz do Iguaçu, Toledo, Cascavel, Dois Vizinhos e Pato  
112 Branco. Sobre o Regimento Interno da COTERMA, Gustavo Krelling declarou que o que houve foi uma  
113 colaboração de todos os presentes para confeccionar um parágrafo do Regimento Interno, declarando  
114 não ser necessariamente um parecer jurídico do Ministério Público do Paraná. **6. Situação dos**  
115 **Venezuelanos no Paraná:** O Conselheiro Cesar deu as boas-vindas a todos os convidados. Cristiane  
116 Sbalquero, Procuradora do Ministério Público do Trabalho, informou que o MPPR já está a longa data  
117 colaborando com este Conselho, pontuando que faz parte de em grupo específico que trabalha com a  
118 inclusão da população venezuelana no âmbito nacional. Em seguida, comentou sobre o histórico de  
119 regularização de documentos de migrantes e de políticas públicas desenvolvidas pela União Federal para  
120 esta população específica, afirmando que ainda está havendo uma luta para inserção dos venezuelanos  
121 no mercado de trabalho. Assim, apontou ser necessário haver uma capacitação para os agentes que  
122 trabalham com as políticas específicas para a demanda migratória que está se deslocando para o Brasil,  
123 de modo que saibam lidar com temáticas enfrentadas por essas pessoas. Também, informou ser de  
124 grande importância que os venezuelanos no mercado de trabalho e os empregadores sejam  
125 conscientizados, de modo que exista uma prática de trabalho justo. João Guilherme, Assessor do  
126 Deputado Evandro Araújo, pontuou que a ALEP está atuando frente as temáticas específicas dos  
127 venezuelanos, afirmando que possuem projetos de leis que visam ser expandidos aos refugiados,  
128 migrantes e apátridas. A Deputada Maria Victoria Borghetti Barros afirmou que, na posição de Vice-  
129 Presidente do Mercosul, possui um longo trabalho com temáticas referentes aos refugiados, migrantes e  
130 apátridas, garantindo que a ALEP se colocará sempre a disposição para colaborar com as temáticas que  
131 visam nos atendimentos dessa população específica. Mario Macedo, Assessor do Deputado Hussein  
132 Bakri, colocou a Comissão de Educação da ALEP a disposição das questões voltadas para essa  
133 população específica. Natasha José de Lima Gotopo, venezuelana convidada por este Conselho, relatou  
134 que se deslocou ao Brasil por conta da crise enfrentada em seu país, buscando novas oportunidades no  
135 Brasil. Em seguida, discorreu sobre as situações que enfrentou desde que saiu da Venezuela até chegar  
136 em Curitiba. Maria de Lourdes Corres Perez San Roman, Assistente Social da SEDS, comentou sobre a  
137 importância de haver ações humanitárias para os refugiados, migrantes e apátridas. A Conselheira  
138 Regina afirmou que existem grandes desafios com relação aos venezuelanos, apontando que não basta  
139 recebê-los e acolhê-los, mas o maior desafio está relacionado com a promoção efetiva de integração nos  
140 lugares. Em seguida, apontou que a Casa Civil recebeu um ofício oriundo da Presidência da República,

Palácio das Araucárias

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico  
Fone: (41)3221-7243 / 3221-7249 - CEP 80530-915 - Curitiba/PR

141 expondo solicitação de medidas de emergência aos acolhimentos migratórios, relacionando esta questão  
142 com o grande fluxo de venezuelanos. Assim, afirmou que estão havendo debates acerca da criação de  
143 um Plano Estadual que compreenderá na inserção dos venezuelanos, além da criação de um comitê que  
144 vise na ação humanitária no Estado do Paraná, trazendo como responsabilidade central a criação de um  
145 levantamento nos maiores municípios e, por fim, trabalhar com os processos de interiorização dos  
146 venezuelanos, sendo esta ação realizada ao lado da União Federal, estados, municípios e sociedade  
147 civil. Desse modo, pontuou que a SEJU colaborará para essas questões serem efetivadas. A Conselheira  
148 Márcia Ponce comentou sobre as problemáticas que compreendem a moradia e o mercado de trabalho  
149 para os venezuelanos no Paraná. A Vice-Presidente Elizete apontou que deve haver uma sensibilização  
150 com os meios de comunicação, visto que podem expandir abordagens xenofóbicas na sociedade.  
151 Gustavo Krelling afirmou que o MPPR se compromete a realizar seu dever frente aos direitos para os  
152 refugiados, migrantes e apátridas. João Guilherme comentou inicialmente sobre preocupações que  
153 convivem no contexto de vida dos venezuelanos que se deslocam para o Paraná, afirmando que a  
154 revalidação de títulos ainda é uma problemática existente. Assim, apresentou o PL 561/2016, que  
155 discorre acerca da isenção de pagamento e taxas de revalidação de diplomas de graduação, mestrado e  
156 doutorado para refugiados no Estado do Paraná, sugerindo que a Casa Civil colabore para que o Tribunal  
157 de Justiça reconheça a importância dessa PL, havendo contribuição da SETI, visto que são os mais  
158 interessados na efetivação dessa questão. Em seguida, sugeriu que este Conselho realize uma  
159 articulação mais próxima com a ALEP, de modo que discorram sobre a situação emergencial que existe  
160 no contexto dos refugiados, migrantes e apátridas. Além disso, pontuou sobre a importância de haver  
161 articulação com a Associação dos Municípios. O Conselheiro Cesar solicitou que João Guilherme  
162 encaminhe por escrito as abordagens que trouxe em seu momento de fala, de modo que posteriormente  
163 este Conselho se mobilize. O Conselheiro Paulo comentou que a UEPG, UEL e UEM aderiram a  
164 Plataforma Carolina Bori, pontuando que a UEM suspendeu o sistema em razão de uma instrução  
165 normativa do MEC. Em seguida, afirmou que as outras universidades públicas do Estado ainda estão  
166 discutindo sobre aderir a Plataforma Carolina Bori. O Conselheiro Cesar lembrou que os conselheiros  
167 podem apresentar propostas de encaminhamento que possam vir a ser ponto de pauta nas posteriores  
168 reuniões deste Conselho. Também, apontou que deverá ser encaminhado um ofício ao Ministério Público  
169 Do Trabalho reivindicando o retorno das reuniões de fórum específico. Além disso, sugeriu que este  
170 Conselho continue realizando discussões sobre as questões dos venezuelanos, bem como produzir uma  
171 carta informativa sobre o programa de interiorização. Em seguida, pontuou que haverá tentativa de  
172 articulação com as mídias de massa. Por fim, comentou sobre a possibilidade de haver discussões nas  
173 reuniões do CERMA/PR sobre o PL 561/2016, de modo que este Conselho discorra sobre a possibilidade  
174 de encaminhamentos de posicionamento. **10. Encerramento:** A Presidente Célia agradeceu a todos os  
175 presentes pela participação e deu por encerrada esta reunião. A presente ata foi lavrada por Giovani Luiz



21

22

23

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU**  
**DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC**  
**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR**

176 dos Santos e Willy Pereira da Silva, da Divisão de Apoio aos Conselhos – Departamento de Direitos  
177 Humanos e Cidadania (DAC/DEDIHC) e, após sua leitura e aprovação, será anexada à cópia da lista de  
178 presença assinada pelos integrantes presentes nessa reunião.